

A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO COMO MOMENTO DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Ana Fani Alessandri Carlos

A sociedade no começo do século XXI revela um conjunto de questões que apontam para um novo patamar de realização das relações sociais, pautadas na mundialização do capitalismo e constituindo-se como sociedade predominantemente urbana (como realidade e possibilidade).

As pesquisas realizadas e aqui esboçadas (por uma parte do grupo de pesquisadores do GESP¹), ao focarem a reprodução do espaço urbano como elemento central da compreensão da realidade metropolitana, apontam, em seus desdobramentos, tanto a centralidade dessa produção no estágio atual do processo de reprodução capitalista, quanto suas exigências teóricas na compreensão da realidade. Como desenvolvimento da tese segundo a qual a produção do espaço é condição, meio e produto da reprodução social, constrói-se a hipótese de que a acumulação do capital se realiza através da reprodução do espaço urbano, lida a partir da reprodução da metrópole paulistana. Nesse sentido, a reprodução do espaço aparece como possibilidade renovada de realização da reprodução capitalista, num processo contraditório que encontra seus limites detonando crises periódicas. Isso se dá porque, ao se desenvolver, o capitalismo realiza sua missão histórica – a sua reprodução –, mas ao fazê-lo cria suas próprias contradições como momentos críticos, suscitando a necessidade de sua superação.

O espaço ganha, hoje, um sentido diverso dos momentos anteriores da história de sua produção. No quadro do processo de mundialização, que delinea a relação global/local, redefine-se o papel da metrópole como mediação necessária desse processo, o que vai determinar um novo papel do espaço na acumulação do capital. Como exigência do seu desenvolvimento, esse comportamento realiza-se no movimento de passagem da hegemonia do capital produtivo industrial para o capital financeiro,

através da reprodução do espaço urbano, sob novas modalidades, articuladas ao plano mundial. Isto é, a reprodução do espaço urbano da metrópole expõe o momento em que o capital financeiro se realiza através dessa reprodução, produzindo “um novo espaço” sob a forma de “produto imobiliário” que aponta uma mudança na aplicação do capital-dinheiro acumulado do setor produtivo industrial em direção ao setor imobiliário, o que exige uma fluidez avassaladora. Nesse sentido, estabelece-se um movimento de passagem da predominância/presença do capital industrial – produtor de mercadorias destinadas ao consumo individual (ou produtivo) – à preponderância do capital financeiro – que produz o espaço como mercadoria, como condição de sua realização. Nesse momento, a mercadoria-espaço mudou de sentido com a mudança de orientação (prioridade) das aplicações financeiras: da realização do ciclo industrial da mercadoria à produção do imobiliário.

Ao longo da história, o processo de produção do espaço, enquanto processo civilizatório, traz em si aquilo que o nega, isto é, com o desenvolvimento do capitalismo, o espaço (produção social), torna-se um produto e, nesta condição, revela-se na contradição valor de uso/valor de troca. O espaço, portanto, torna-se, sob o capitalismo, uma mercadoria, como, em tese, todos os produtos do trabalho humano. No plano da reprodução de mercadorias, o processo envolve o reprodutível e o repetitivo, referindo-se, diretamente, à atividade produtiva (bens materiais e imateriais) que produz coisas no espaço (criando as condições para a realização das atividades) ao mesmo tempo que produz o espaço, enquanto mercadoria e capital fixo. Nesse sentido, a metrópole é condição geral da produção, o que impõe uma determinada configuração espacial.

Num primeiro momento, trata-se da justaposição de unidades produtivas formando uma cadeia interligada (em função da articulação e necessidades do processo produtivo, através da correlação entre os capitais individuais e a circulação geral do dinheiro na economia), integrando os diversos processos produtivos, os centros de intercâmbio, os serviços e o mercado e a mão de obra. Essa ação potencializa a aglomeração enquanto exigência técnica para viabilizar os processos de produção, distribuição, circulação, troca e consumo e, com isso, permite que o ciclo do capital se desenvolva possibilitando a continuidade da produção, logo sua reprodução – aqui se trata da exigência da compressão espaço-tempo como condição da superação da *TBTL* – tendência à baixa da taxa de lucro no movimento da acumulação. Nesse processo, a extensão do capitalismo tomou o espaço, fez dele sua condição de produção, primeiro como recurso, depois como força produtiva e, finalmente, mercadoria reprodutível, o que abriu perspectiva para um novo ciclo de acumulação. O desenvolvimento do capital financeiro cria um novo ciclo de acumulação com a expansão de novas atividades, focando o espaço-mercadoria. Este entra no circuito da troca atraindo capitais que migram de outros setores da economia – em crise – com o objetivo de ampliar as possibilidades de acumulação. No processo, a construção de um espaço racional-

funcional revela um projeto e uma estratégia que envolvem o mercado imobiliário, promovendo a valorização de áreas como consequência imediata do movimento de transformação do uso e da substituição de classes de renda no espaço assegurando a realização do lucro.

Do movimento da produção à reprodução do espaço da metrópole encontramos novos conteúdos da urbanização sinalizados: a) pela desconcentração do setor produtivo e a acentuação da centralização do capital na metrópole; b) pela mudança das atividades do setor de serviços com a preponderância do financeiro e de serviços diferenciados (informática, telecomunicações, aliados ao crescimento dos setores precarizados, como o telemarketing; c) pelo aparecimento de novos setores econômicos, tais como o turismo e lazer acompanhando o setor de negócios financeiros; d) pela realização das políticas públicas que dão atenção especial à produção do espaço em determinados setores e em determinadas áreas da metrópole com a criação de infraestrutura e alterações nos usos e funções dos lugares a partir de mudanças de zoneamento, “reparcelamento” do solo urbano, políticas de intervenção espacial através da realização de operações urbanas e da chamada requalificação de áreas – principalmente centrais – por meio da realização de “parcerias” entre a prefeitura e os setores privados que influenciam e orientam essas políticas.

A violenta transformação das áreas onde se estabelecem os novos projetos expulsa os residentes e implanta um padrão estético homogêneo. O concreto e o vidro são utilizados para criar uma imagem do “moderno” nos novos edifícios voltados às atividades do setor de serviços e são criadas as formas condominiais nos setores residenciais. Com isso, uma nova “ordem” se estabelece a partir ação dos promotores imobiliários vinculada às estratégias do sistema financeiro que orienta e reorganiza o processo de reprodução espacial através da fragmentação dos espaços vendidos e comprados no mercado. A ação do Estado – através do poder local –, intervindo no processo de produção da metrópole, reforça a hierarquia dos lugares, criando novas centralidades, expulsando para a periferia os antigos habitantes, recriando um espaço de dominação e impondo sua presença em todos os lugares, agora sob controle e vigilância (seja direta ou indireta).

As contradições aprofundam-se. A valorização do espaço como expressão da realização da propriedade privada da riqueza impõe-se para toda a sociedade, redefinindo os acessos aos lugares, criando interditos. Esse movimento no espaço redefine as relações sociais através das transformações no uso do espaço, acompanhado pelas mudanças nas funções dos bairros na metrópole marcados por uma nova relação espaço-tempo. Com isso, a metrópole é produzida como exterioridade, e se agudiza a contradição entre o processo de produção social do espaço e sua apropriação privada, atualizando a alienação do mundo moderno através da reprodução do espaço.

CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO

Neste momento da história do capitalismo que se mundializa (através da criação de novos setores econômicos e a extensão das atividades produtivas), ganha relevância e centralidade a reprodução espacial e, com ela, a subordinação dos espaços-tempos da vida urbana cotidiana. Dessa contradição central, outras vão se desdobrando. O processo de produção/reprodução do espaço sob a orientação capitalista repõe suas próprias condições de realização, renovando seus pressupostos, sem todavia desencadear novas contradições em sua realização. As transformações da metrópole, enquanto condição da realização do ciclo do capital, geram as lutas em torno do espaço que vão sinalizando esse movimento das contradições. Os capítulos que se seguem apontam para esse desvendamento.

Sob o capital toda produção se transforma em mercadoria, realizando-se na dialética valor de uso/valor de troca com a preponderância do segundo em relação ao primeiro orientando e subsumindo as relações sociais. A construção da metrópole torna visível os usos e as formas de apropriação do espaço que se associam, diretamente, às formas de propriedade privado do solo urbano apontando para uma hierarquização socioespacial como expressão da desigualdade – é o que aponta a segregação socioespacial.

A produção do espaço se realizou sob a égide da propriedade privada do solo urbano. O espaço, fragmentado a partir do desmembramento de antigas chácaras e propriedades agrícolas, áreas de floresta nas franjas da mancha urbana ou mesmo desocupadas em seu interior, foi, com o crescimento da mancha urbana, sendo reunido à cidade através da incorporação e venda. Em pedaços, o espaço torna-se intercambiável a partir de operações que se realizam através e no mercado. Desse modo, o espaço entra no circuito da troca, generalizando-se na sua dimensão de mercadoria. Isso ocorre porque o capital desenvolveu o mundo da mercadoria, criou possibilidades reais para a extensão da propriedade privada no/do espaço, bem como a expansão das atividades econômicas para a sua realização. Realiza-se, assim, ampliando-se a propriedade privada da riqueza sob a forma de propriedade do solo urbano. A predominância do valor de troca, como extensão do mundo da mercadoria, indica a disputa pelo uso dos lugares da metrópole pelas diferentes classes sociais, o que gera conflitos entre indivíduos e usos, na medida em que o processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada. Embora produzido de forma socializada, o espaço urbano, enquanto trabalho social materializado, é apropriado de forma diferenciada pelo cidadão. Na sociedade capitalista, o acesso ao solo urbano, orientado pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem nesta sociedade, produz um conjunto limitado de escolhas e condições de vida apoiados na existência da propriedade privada da riqueza social, que sob a forma do solo urbano, determina o acesso à vida urbana medida por um preço – como expressão de seu valor.² Os fatores que

se ligarão à formação do preço vinculam-se, principalmente, à inserção de certa área no espaço urbano global, tendo como ponto de partida a localização do terreno (por exemplo, no bairro e, deste, na metrópole), a acessibilidade em relação aos lugares ditos privilegiados (escolas, shopping, centros de saúde, de serviços, lazer, áreas verdes etc.), o acesso à infraestrutura existente (água, luz, esgoto, asfalto, telefone, vias de circulação, transporte), a privacidade e os fatores vinculados ao relevo que se refletem nas possibilidades e custos de construção.³ A evolução dos preços, todavia, inter-relaciona-se com as condições de reprodução do espaço urbano, no que se refere ao modo como se desenvolve a produção das condições gerais de reprodução, dos custos gerados pela concentração no solo urbano, bem como pelas políticas de zoneamento ou de reservas territoriais além das modificações do poder aquisitivo dos habitantes. Por sua vez, a localização das atividades econômicas só poderá ser entendida no contexto urbano como um todo, na articulação da situação relativa dos lugares, na metrópole frente às exigências de realização do ciclo de acumulação.

A dinâmica da economia metropolitana, antes baseada no setor produtivo industrial, vem se apoiando, agora, no amplo crescimento do setor terciário moderno – serviços, comércio, setor financeiro – como condição de desenvolvimento, numa economia globalizada. Tal transformação traz como exigência a produção de outro lugar “para acolhê-la”, imposto pelos novos padrões de competitividade da economia, apoiada num profundo desenvolvimento técnico e em novos parâmetros para o desenvolvimento das novas atividades. Esses novos padrões, por sua vez, exigem fluidez e flexibilidade enquanto as áreas tradicionais se encontram densamente ocupadas e o sistema viário congestionado. Na metrópole capitalista, densamente edificada, a expansão dessa área não se fará sem problemas. A superação dessa situação requer a construção de um “novo espaço” (como movimento de reprodução da totalidade da metrópole), como área de expansão do centro, porque a centralidade é fundamental para estas atividades. As possibilidades de produzir um espaço redefinem-se, constantemente, em função da abundância de terras passíveis de serem incorporadas no mercado imobiliário, diante das necessidades de realização do ciclo do capital.

Portanto, no plano da acumulação, o momento atual do processo histórico, a reprodução espacial, com a generalização da urbanização, produz, uma nova contradição: aquela que se refere à diferença entre a antiga possibilidade de ocupar áreas como lugares de expansão da mancha urbana e sua presente impossibilidade diante da escassez. Isto é, o espaço, enquanto valor, entrou no circuito da troca geral da sociedade (produção/repartição/distribuição) fazendo parte da reprodução da riqueza, que ao se realizar produziu seu outro se constituindo em raridade. Nessa condição, a propriedade privada do solo urbano passa a ser um limite à expansão econômica capitalista. O processo que transforma o espaço em “nova raridade” é, assim, engendrado pelo movimento que explicita a produção do espaço como condição sempre renovada da realização do ciclo econômico.

A condição de raridade do espaço manifesta-se, em áreas precisas, na metrópole, no centro, ou nas proximidades do centro. O fenômeno da raridade se concretiza pela articulação de três elementos indissociáveis: a existência (e realização) da propriedade privada do solo urbano, a centralidade do capital e das novas atividades econômicas (a consolidação do centro produziu, contraditoriamente, sua saturação, o que impede a expansão do setor de serviços na área central) e o grau de ocupação (índice de construção) da área no conjunto do espaço da metrópole. À ideia de escassez, alia-se, também, a necessidade de um novo padrão construtivo, apoiada numa rede de circulação e comunicação específicas, pois o ciclo do capital envolve, em cada momento histórico, condições diferenciadas para sua realização. É nesse sentido que podemos afirmar que os “novos serviços”, em função de sua especificidade e da necessidade de proximidade com outros setores da economia, buscam uma localização específica com características particulares, que se impõe pela centralidade, ao mesmo tempo que exigem um tipo de instalação incompatível com as construções encontradas no centro, em função das necessidades de flexibilização da economia e do trabalho (marcadas por outro padrão de competitividade).

É assim que, para restabelecer as condições do crescimento, é necessário criar mecanismos que minimizem a situação que transforma o espaço em raridade sem, todavia, questionar a existência da propriedade privada do solo urbano (ao contrário, permitindo sua reprodução), o que vai se realizar com a intervenção do Estado no espaço. Isso porque só ele tem o poder de atuar no conjunto do espaço metropolitano, transformando áreas públicas, redirecionando investimentos, construindo infraestrutura, metamorfoseando as funções, criando formas de intervenção, transformando usos, redistribuindo os habitantes, através das políticas urbanas (como o mecanismo das operações urbanas) etc. A criação de mecanismos capazes de liberar a área construída residencial para o crescimento do setor de serviços em São Paulo, como extensão da antiga área central vai se realizar por meio das operações urbanas, coordenadas pela Prefeitura, em parcerias com o setor privado (como as Operações Urbanas Faria Lima e Água Espraiada). O planejamento governamental vem equipando essas áreas da metrópole com vias expressas, túneis e viadutos, rasgando o tecido urbano, destruindo a fisionomia de bairros inteiros, eclipsando a rua, separando vizinhos, quebrando relações sociais de vizinhança, esvaziando os centros de comércio de bairro, revelando um “modo institucional” de ver e gerir metrópole que alimenta o processo de implosão-explosão.

O Estado, com seus instrumentos legais, produz, assim, grandes transformações nos usos e funções dos lugares da cidade, reproduzindo uma hierarquia desses lugares no conjunto do espaço metropolitano. Mas, ao direcionar os investimentos em infraestrutura, ele aprofunda as desigualdades na metrópole, interferindo de modo marcante nas formas de apropriação do espaço à medida que produzem, com sua intervenção, um processo de valorização diferencial do solo urbano. Realiza-se aprofundando a

contradição entre extensão do valor de troca no espaço e a possibilidade do valor de uso na medida em que o valor de troca se autonomiza, pela potencialização da propriedade como direito e realidade.

Com essas transformações, as funções se especializam no espaço, aprofundando a divisão espacial do trabalho na metrópole, implodindo a antiga centralidade que havia no bairro – no contexto da produção espacial de novas centralidades, que constituem a metrópole polinucleada. Com isso, uma nova frente de investimentos imobiliários vem a reboque do projeto em função das facilidades proporcionadas pela construção de infraestrutura que valoriza o solo, fixando um novo uso. Cria-se, assim, um núcleo na metrópole, com forte poder de atração, com pesados investimentos públicos e privados gerando um deslocamento de atividades que passam a competir com antigos polos econômicos da metrópole, constituindo um novo polo de atração de investimentos como extensão da centralidade num eixo empresarial da metrópole, associado a um polo de lazer delimitado/definido pela localização de bares, restaurantes, teatros, shoppings, hotéis, ligados a um consumo organizado, programado, produzido e povoado de signos.

O centro também se transforma com os seus conteúdos transbordados onde o uso da cultura, como alibi, move e orienta as transformações. Mas o papel da cultura e do patrimônio cultural na reprodução do espaço urbano, tal qual desenvolvido por Simone Scifoni com ênfase na especificidade da realidade brasileira, relativiza a preponderância da cultura no planejamento estratégico no qual ganha importância a perspectiva de revalorização imobiliária das áreas centrais das grandes cidade – o que deve ser relativizado no caso paulistano. Assim, a autora enfoca a ideia de que a emergência de uma “questão patrimonial” situa-se no momento da problemática urbana em sua fase crítica.⁴ Muito mais do que generalizar e totalizar os processos, a autora coloca em evidência o papel duplo e contraditório do patrimônio. De um lado, o patrimônio é organizado para o seu consumo visual, sendo assim transformado não propriamente em mercadoria, mas, sobretudo, na mediação para esta, algo que integra sua realização. De outro lado, ao ser em essência um portador de símbolos, o patrimônio também se oferece à consciência social.

O movimento da reprodução do espaço metropolitano também ilumina o deslocamento de um número significativo de estabelecimentos industriais a partir da redefinição do processo produtivo (com a reconversão do parque industrial, em movimentos diferenciados para cada setor industrial) na metrópole. Sinaliza uma tendência que é mundial, imposta pelo estágio atual da acumulação do capital, que revela um novo momento da realização do ciclo do capital a partir de um novo padrão de competitividade, que requer a flexibilização do processo produtivo e que transforma as áreas de produção industrial em áreas passíveis de abrigar novos usos. Com o deslocamento dos setores produtivos industriais, destroem-se bairros que viviam em função dessas atividades, e com eles ocorre a destruição dos espaços de sociabilidade

a partir da desintegração da vida social. A disponibilidade de terrenos que continham antigos usos industrial/residencial abre, assim, uma nova área para o setor financeiro. Essas áreas integram-se agora de outra forma no espaço metropolitano, na contiguidade da extensão da centralidade das antigas áreas que passam a compor o campo de extensão dos negócios constituidores do eixo empresarial-comercial em função da centralidade; enquanto antigas áreas industriais – em condição periférica – vão dar lugar aos condomínios residenciais e a um novo modo de morar, como bem demonstra Rafael Faleiros de Padua. O sentido que a metamorfose do espaço da metrópole assume, baseado na mercantilização do solo urbano, provoca e acentua o fenômeno de implosão-exploração. Nesse processo, se delinea a tendência da submissão dos modos de apropriação do espaço ao mundo da mercadoria; conseqüentemente, gerando o esvaziamento das relações sociais pela redução do conteúdo da prática socioespacial.

As periferias transformam-se, incorporadas ao mundo da mercadoria, que vem garantindo sua integração ao cotidiano metropolitano. Assim, a partir da compreensão da produção do espaço como uma construção teórico-metodológica que articula alguns conceitos (produção/reprodução; espaço-tempo; prática socioespacial) e noções (totalidade; contradição) à temática e aos novos conteúdos da urbanização contemporânea (que parte do processo prático e concreto dos conflitos entre a cidade como espaço capitalista contraposto à cidade como espaço cotidiano e de resistência social). Danilo Volochko aborda a produção dos novos espaços das periferias urbanas. Seu foco é a reprodução do cotidiano desigual na nova produção habitacional revelando a prática socioespacial em seus conteúdos contraditórios (a produção do espaço contraditório no seio da produção lógica do espaço), que se enfrenta às ordens distantes. Dessa feita, a produção do espaço como escala qualitativa de análise aponta o plano dos sujeitos sociais concretos, e esse tratamento busca superar os aspectos formais, tipológicos e locais da compreensão do espaço como meio organizado e ordenado (lógica do Estado) ou como fonte de acumulação (lógica do capital), estabelecendo uma leitura que aponta as possibilidades, ainda que irrisórias, de transformação da realidade socioespacial a partir dos novos conteúdos (econômicos, sociais e políticos) da produção do espaço urbano.

Dessa maneira, as transformações na economia – visando à reprodução continuada – se realizam reproduzindo o espaço urbano paulistano com conseqüências significativas para a prática *socioespacial* que é imposta pelo processo de valorização/desvalorização dos lugares. A reprodução da vida na metrópole se realiza numa relação contraditória que aparece e é vivida e percebida como estranhamento/reconhecimento. Isso porque a vida cotidiana se apresenta, tendencialmente, invadida por um sistema regulador, em todos os níveis, que formaliza e fixa as relações sociais reduzindo-a a formas abstratas, constituidoras da identidade. A normatização das relações sociais, a rarefação dos lugares de encontros decorrentes das mudanças na morfologia da metrópole, a degradação das relações de vizinhança, a flexibilização do trabalho vão apontando a instauração do cotidiano⁵ em que a atomização, ao mesmo tempo que

realiza uma superorganização da vida, impõe-se quase sem resistência. Campo da autorregulação voluntária e planejada, o cotidiano aparece como construção da sociedade, que se organiza segundo uma ordem fortemente burocratizada, preenchido por repressões e coações imperceptíveis. Esse processo se realiza no lugar, mas revela articulações espaciais mais amplas que apontam para uma nova relação espaço-tempo expressa no plano do vivido. A percepção de que o tempo se acelera, as transformações nos referenciais urbanos, o esfacelamento da identidade com o lugar onde moram e com os outros habitantes, compõem um conjunto de alterações decorrentes das mudanças nas possibilidades do uso do lugar, nos modos de vida nesse lugar. Nesse plano, desponta a contradição entre o tempo da vida – que se expressa na vida cotidiana (num tempo e espaço que mede e determina as relações sociais) e o tempo das transformações urbanas que se produzem no mundo moderno, particularmente na metrópole, fundadas em formas sempre fluidas e cambiantes. Esse tempo reproduz-se na contradição entre a eliminação substancial e manutenção persistente dos lugares de encontros e reencontros, na festa, na apropriação do público para a vida. O tempo diz respeito a um espaço – ao uso do espaço. Transformados, espaço e tempo metropolitano adquirem, pelo processo de abstração, a característica de amnésico (o espaço) em sua relação direta com um tempo efêmero – essa nova relação espaço-tempo redefine as relações sociais, na metrópole caracterizando o momento contemporâneo.

A gestação da sociedade urbana vai determinando novos padrões que se impõem de fora para dentro, pelo poder da constituição da sociedade de consumo (criando modelos de comportamento e valores que se pretendem universais, pelo desenvolvimento da mídia que ajuda a impor os padrões e parâmetros, pela rede de comunicação que aproxima os homens e lugares), produzindo um espaço-tempo diferenciado e desigual. O choque entre o que existe e o que se impõe como novo está na base das transformações da metrópole, onde os lugares vão se integrando de modo sucessivo e simultâneo a uma nova lógica, aprofundando as contradições. Este processo realiza-se com extrema violência. É assim que o tema da violência urbana deve ser repensado e deslocado de sua relação com a criminalidade, situando-o no próprio processo de urbanização, que é o que faz Renata Alves Sampaio localizando-a no cerne das contradições urbanas. Para a autora, a identidade “violência-criminalidade” coloca problemas à análise crítica e obscurece os caminhos para o desvendamento da essência dos conteúdos da prática social que pretendem ser expressos por meio desse termo. Do reconhecimento dos limites interpretativos postos, o pensamento se movimenta em direção à constatação da insuficiência da noção de violência urbana que está necessariamente fundamentada e articulada com os processos de produção do espaço urbano e reprodução das relações sociais; o processo de urbanização aparece, assim, como essencialmente violento.

Conseqüentemente, a metrópole é o lugar de expressão dos conflitos, afrontamentos, confrontações. O lugar da manifestação do individual e da experiência

socializante, (empobrecida ou não), produto de uma multiplicidade de trocas de todos os tipos que produz a sociabilidade na cidade. No plano social, a vida cotidiana subsumida à lógica da acumulação e normatizada traz em si seu outro: a resistência e, com ela novas formas de lutas. Fabiana Valdoski Ribeiro, ao direcionar sua compreensão aos desdobramentos da relação uso/troca, ilumina o movimento do processo de produção do espaço urbano no qual a hegemonia do valor de troca sobre o uso, normatizando-o e subsumindo a vida, aponta o seu outro. Ou seja, na produção do espaço há um conflito de estratégias e, portanto, uma relação de poder, que, intrinsecamente, contém a resistência, seja ela visível ou não. Por isso, a autora constrói a hipótese segundo a qual a resistência é constituinte das relações sociais alojadas em meio a uma prática socioespacial ligada às transgressões cotidianas, de grupos ou de organizações. No entanto, essa resistência não é pura, pois se por um lado ela coloca as contradições espaciais em outro patamar, por outro, pode ratificar fundamentos da produção capitalista do espaço. Por sua vez, Glória da Anunciação Alves, ao focar as transformações dos centros urbanos sob a égide do capital, aponta uma outra faceta das resistências como ação frente às políticas empreendidas pelo Estado em parceria com a iniciativa privada, que atuam diretamente no processo de transformação do centro de São Paulo procurando construir consensos sociais sobre a necessidade de tais ações.

As lutas surgem a partir de relações sociais contraditórias, criadas e aprofundadas pelo desenvolvimento do processo de reprodução *lato sensu*, o que faz com que as batalhas se resolvam pelo jogo político das forças sociais. Isso tem colocado no centro do debate o direito à cidade como possibilidade de questionamento sobre as formas de atuação do poder público – em que o espaço se revela instrumento político intencionalmente organizado e manipulado por meio de um poder que se realiza enquanto estratégia de classe –, bem como diante das condições de vida precarizada. Questiona-se, assim, o processo de valorização aliado às estratégias dos empreendedores imobiliários que reproduzem um espaço voltado aos interesses particulares do grande capital, e que, ao intervirem no urbano, interferem na prática socioespacial e, com isso, nos modos de apropriação do espaço da vida.

* * * *

A ideia de uma metageografia é ainda uma “aposta” que designa uma possibilidade do pensamento voltando-se para a práxis; sua compreensão ilumina-a enquanto possibilidade de encontrar aí os resíduos capazes de ganhar potencialidade e se transformar num projeto de metamorfose da realidade. O objetivo central é o de construir um entendimento sobre os conteúdos do processo de urbanização hoje em suas contradições, a partir da compreensão do momento atual da reprodução do espaço urbano da metrópole de São Paulo. Pensamos que esse caminho de investigação nos possibilita fundamentar uma Geografia urbana crítica. Desse modo, as

hipóteses das pesquisas que dão fundamento aos capítulos deste livro se constroem como momentos que elucidam esse processo.

Emergindo da vitalidade das pesquisas sobre a cidade e o urbano, a atitude crítica e a reflexão radical colocam-se como atributo indispensável para a compreensão do mundo moderno em sua totalidade, visando à construção de um projeto de sociedade centrado nas possibilidades da constituição da humanidade do homem – que hoje se acha preso ao “mundo da mercadoria”, condicionado pela “ideologia do consumo”, orientado pela mídia, vigiado pelo Estado. Uma análise reflexiva crítica e radical do mundo real e prático em sua totalidade contraditória e complexa visa redimensionar o papel e a contribuição da Geografia na compreensão do mundo e de nossa condição no mundo – forma de vida –, desvendando os conflitos da sociedade de consumo que subsume os indivíduos ao “reino do objeto”, produzindo simultaneamente as representações que a sustentam e uma ideologia do crescimento que orienta a ação.

NOTAS

- ¹ Este é o primeiro volume da coleção “metageografia”.
- ² Tal processo está desenvolvido no livro *A condição espacial*, publicado em 2011 pela Editora Contexto.
- ³ Já expuz em minha tese de doutorado, apresentada em 1987, a ideia de que não existe renda da terra urbana. Na cidade, o solo urbano, produzido, tem seu preço assentado no valor e não numa renda. Convém esclarecer que enquanto no campo a natureza é meio de produção, na cidade a natureza é condição para a produção da cidade – o que lhe confere o valor definido no processo de produção da cidade (no processo de trabalho). Vide o capítulo 2 de *A (re)produção do espaço urbano*.
- ⁴ Tal qual desenvolvida por Henri Lefebvre
- ⁵ Nos termos desenvolvidos por Henri Lefebvre na sua obra em 3 volumes *Critique de la vie quotidienne*. Paris, L’Arche éditeur, 1958, 1961 e 1981.